

AUTORES & LIVROS

Julho de 1959
Ano X

Director e redactor: MUCIO LEÃO
Gerente: LEONARDO MARQUES
Secretário: SÉRGIO B. VELLOZO
PREÇO: Cr\$ 3,00

Vol. XI
N.º 7

Notícia sobre Frei Jaboatão

TOMO de Santa Maria Jaboatão nasceu em 1855 na freguesia de Amaro de Jaboatão, sede do seu nome, e era filho do senhor Domingos Coelho Melo e D. Francisca Varato.

Formou-se como franciscano em 12 de dezembro de 1717, no convento de São Francisco da Bahia. Foi para Pernambuco e ali concluiu os estudos de teologia e filosofia no convento de São Francisco. Foi também secretário do espírito, prelado local no convento de São Antônio da Recife, e cronista da Ordem. Pertenceu à Academia Brasileira de Letras, e foi poeta, orador e historiador.

Frei Jaboatão — entre 1750 e 1765.

Jaboatão é o nome de uma das academias da Academia Pernambucana de Letras.

Frei Jaboatão é um dos numerosos cronistas da primeira fase do Brasil. Dono tal, é ingenuo, descombrado, muitas vezes gongórico. Está claro, de certos excessos de entusiasmo de Rocha Pitta. E se quisermos anteceder para ele um parentesco espiritual, naquele momento de nossa história, não seria com o autor da História da América Portuguesa, que também não seria com o autor da obra mais autor, que não seria com o pernambucano, se dedicou às coisas de Pernambuco — Frei Manuel Gomes. Este, porém, teve grandes dificuldades sobre Jaboatão: é incoerente em certas ocasiões, o seu sentido é pueril, e, além disso, a obra dele é a maior número dos cronistas que narrou.

Jaboatão tinha os pontos de partida, os pontos de vista, os pontos de seu trabalho. Franciscano, ele não deixa a obra, as viagens, que pode realizar para a sua ordem. Vejamos, por exemplo, a ordem em que ele fez o livro dos religiosos para o século do primeiro século. Esta ordem, segundo ele, é a seguinte: hora de São Francisco (1500), hora de São João (1549), hora de São Paulo (1589), hora de São João (1589), undécima hora, e assim por diante, a vinha preparado para supor a colheita dos frutos...

Se os franciscanos podem dizer: «Se não, não devem poder...», ou, sequer os jesuítas? Jaboatão, como outros cronistas da época (Gabriel Soares, por exemplo), foi um observador do seu tempo, um espírito claro e alerta que queria a conhecer bem o ambiente em que vivia. Oliveira Lima observa que ele foi um apaixonado do Nordeste brasileiro, região em que nasceu, onde sempre viveu, de onde, talvez, não quis nunca sair. E Sérgio Buarque de Holanda, pela primeira vez, vê a estrutura do conhecimento geográfico, e dá como modelo de sua obra a obra de São Francisco, a obra que ele vai transcrever.

BIBLIOGRAFIA DE JABOATÃO

— «Obras Acadêmicas» e outras várias prosas e versos, feitos e recitados na Academia Brasileira dos Renascidos. Instituto para Conselho José Mascarenhas Pacheco Pereira Coelho da Mello, celebrando a sua primeira Conferência pública em 6 de junho, dia em que fazia anos e nascimentos rei e senhor d. Joseph I no ano de 1739 por Fr. Antônio de Santa Maria Jaboatão, Pregador ex-Dominico Cronista da Província de Santo Antônio do Brasil, da qual é filho e natural de Santa Amara de Jaboatão em Pernambuco, e acadêmico numeração da Academia Brasileira dos Renascidos.

— Discursos históricos, geográficos, genealógicos, políticos, e enciclopédicos, recitados em a nova celebridade, que delegeram as paradas no Pernambuco ao ponto de sua cor, o B. Gonçalves Garcia — Lisboa — 1751 — n.º 1296 do Rio de Janeiro.

— Sermão de Santo Antônio em o dia do Corpo de Deus no convento do Recife — Lisboa, 1751.

— Sermão de São Pedro Mártir, pregado no altar do Corpo Santo do Recife — Lisboa, 1751.

— Sermão de restauração de Pernambuco da dominação holandesa, pregado no Sé de Olinda no ano de 1731 — Lisboa, 1752.

Foi reproduzido na Rev. do Inst. Hist., tomo 23, 1880, págs. 365 a 395. E o n.º 10744 do Cat. da Exposição.

— Josephina rego-quivoco-pensativo: três práticas a um sermão do glorioso patriarca São José, elegeram ao rei d. José em um discurso enciclopédico de sua lei e auspícios da monarquia, pregado na igreja matriz da Paraíba — Lisboa, 1753.

— Gemidos verídicos: exequias celebradas pela província de São Antônio no marie do D. João V — Lisboa, 1758. Foram escritos pelo Frei Jaboatão, um sermão que ele pregou no convento do Recife, e a dedicatória à rainha d. Maria Ana da Austria.

— Jaboatão místico em correntes místicas divididas Corrente 1.ª: panegyrico e moral — Lisboa, 1758 — São dos Sermões; Corrente 2.ª: panegyrico e moral (inédita) Sermões a santos, Corrente 3.ª: sermões e panegyrico (inédita) Sermões, Corrente 4.ª: moral e ascética (inédita) Sermões da quaresma, etc., Corrente 5.ª: (inédita) Sermões a santos e Santíssimo Virgem.

— Orbe seráfico novo, brasileiro, descoberto, estabelecido e cultivado a influxos da nova luz da índia, estrela brilhante da Espanha, lúmina sul de Pádua, astro maior do céu de Francisco, o lusitano português Santo Antônio, a quem vai consagrado, no seu realce glorioso, a parte primeira da crônica dos frades menores da província do Brasil — Lisboa, 1781 — E o n.º 9364 do Cat. da Exposição.

— Novo orbe seráfico brasileiro ou crônica das tradições mentes da província do Brasil, etc. — Rio de Janeiro, Tip. Brasiliense de Maximiano Gomes Ribeiro — 1858 — Reimpresso por ordem do Inst. Hist. e Geogr. Brasileiro. Parte I vol. 1.º — 414 págs. vol. 2.º — 436 págs. — Parte II vol. 1.º, 2.º e 3.º — págs. 335, com anotações do cônego Fernandes Pinheiro e um antológico de V págs.

A 1.ª parte é a obra anterior, cuja 1.ª edição é de 1761, em Lisboa. A 2.ª parte constitui a parte inédita de que o Instituto Histórico possuía o manuscrito — E o n.º 9365 do Cat. da Exposição e o n.º 1237 do Bib. Brasiliense.

A Revista de Cultura publicou, em 1944, o Novo Orbe Seráfico.

— Sermão da rainha Santa Isabel de Portugal — Lisboa, 1782.

— Catálogo genealógico das principais famílias que procedem de Albuquerque e Cavalcanti, em Pernambuco, e Caruaru, na Bahia — Original de 546 págs., pertencente ao Inst. Histórico. Foi publicado no tomo 52.º, parte I, da Rev. do Inst. Hist. e Geogr. Brasileiro.

— Carta sobre Olinda. Vem na revista Arquivo (Recife), n.º 1, 1942.

FREI JABOATÃO

SILVIO ROMERO

FREI ANTONIO DE SANTA MARIA JABOATÃO é digno de aturada leitura. Dele restam alguns sermões, as memórias inéditas e a grande obra histórica sob o título «Novo Orbe Seráfico Brasileiro ou Crônica dos Frades Menores da Província do Brasil».

Deixa obra a primeira parte em dois volumes foi publicada em Lisboa em 1761. No Rio de Janeiro fez-se uma nova edição em cinco volumes, compreendendo a segunda parte inédita em 1858-62. A biografia do ilustre franciscano é bem conhecida em suas traças gerais.

O que de positivo se sabe dele é o que conta da sua própria obra. O cônego Fernandes Pinheiro parece não a ter lido com atenção para escrever estas palavras: «... professor na ordem franciscana aos 12 de dezembro de 1717, devendo portanto ter nascido em 1700, ou talvez antes dessa época... Não satisfeito, o cônego ajun'a em nota: «... a inocência pensa que a narração de Jaboatão deveria ter sido pelo ano de 1695, supondo que professara aos vinte e dois. Ignoramos o fundamento da hipótese do ilustre bibliógrafo, sendo o nosso cálculo baseado no idecê canônico (17 anos) antes da qual não é lícito professar nas ordens religiosas...» (1)

Se o cônego Pinheiro tivesse lido a obra do franciscano teria encontrado o fundamento da suposta «hipótese» de inocência da Silva. A pág. 147 do 1.º volume lê-se: «Fr. Antônio de Santa Maria Jaboatão, natural deste lugar, freguesia de Santo Amaro, distrito de Recife de Pernambuco, é filho desta província, que nela professou a dose de dezembro de 1717 no Convento de Santo Antônio de Paraguará das partes da Bahia «em idade de vinte e dois anos». Concluímos os estudos no Convento da Bahia, ficou continuando a ministério da pregação pelo decurso de trinta anos, sendo do intermédio destes, mestre de noviços no Convento de Iguaçu, guardião duas vezes em diferentes tempos no da cidade da Paraíba, secretário na Capitania do provincial Fr. Manoel de

NOVO ORBE SERAFICO BRASILICO, OU CRONICA

DES FRADER MENORES DA PROVINCIA DO BRASIL.

FR. ANTONIO DE SANTA MARIA JABOATAM,

PARTI SEGUNDA

INEDITA

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

VOLUME I.

RIO DE JANEIRO

IMP. BRASILIENSE DE MAXIMIANO GOMES RIBEIRO
RUA DO SAO PAULO, 114.

1859.

Frontispício do NOVO ORBE SERAFICO, de Frei Jaboatão (vol. primeiro — edição do Rio de Janeiro, 1859)

SUMARIO:

PAGINA 69

— Notícia sobre Frei Jaboatão
— Bibliografia de Jaboatão
— Frei Jaboatão, de Silvio Romero

PAGINAS 70 e 71:

— Algumas páginas do «Novo Orbe Seráfico»
— Da Capitania de Serequipe do Rey
— Da Capitania de Pernambuco

PAGINA 72:

— O Rio de São Francisco, de Frei Jaboatão

PAGINA 73:

— Impressão sobre Pernambuco, de Frei Jaboatão
— Impressão sobre Frei Jaboatão, de Oliveira Lima
— Dois famosos artigos sobre A República de Rui Barbosa — 1.º Uma Lição de Português, de José Veríssimo

PAGINA 74

— Dois famosos artigos sobre A República, II — Um Censar Censural, de Medeiros e Albuquerque

PAGINAS 75, 76 e 77:

— Relatório apresentado pelo Dr. Ovídio de Azevedo, presidente do Banco do Brasil, à Assembleia Geral dos Acionistas, em 27 de abril corrente.

PAGINA 78:

— A Face Perdida, de Cassiano Ricardo (nota)
— Dois estudos sobre A República — (nota)

PAGINA 79:

— Poemas de Servulo de Melo
— Defesa e Clô, de Mucio Leão
— Fontes sobre Frei Jaboatão
— Romances e Contos, poemas de Dante Milano

PAGINA 80:

— Poemas de Face Perdida, de Cassiano Ricardo

Frei Maria até a sua Congregação, e nela prelado local para o Convento de S. Antônio da vila do Recife, delatado no Capítulo de 1755 e neste nomeado para cronista da província. Na sua primeira idade teve gênio e agudeza para a poesia, especialmente a vulgar, de que via alguns aplausos no estado de secular, e no religioso nos primeiros anos em que apresentou algumas obras no Acadêmico dos Esquadrões da Bahia, assim em abono dos seus presidentes, como em desempenho de assuntos políticos; mas desta suave aplicação o divertiram de todo os estudos sagrados, especialmente a da pregação, do qual trabalho a aplicação tem sido a luz. Segue-se uma lista das obras de Fr. Jaboatão, publicadas e inéditas.

São sermões e obras místicas. «A Crônica da Província» ou «Novo Orbe Seráfico» é indicada como ainda inédita. (2)

A grande obra de Frei Jaboatão distingue-se pela simplicidade do estilo e por qualidades intrínsecas consideráveis. Desta categoria são por certo grande número de tradições, lendas e notícias locais sobre vários pontos do Brasil. São também de grande valor a capitulação onde dá conta dos estudos feitos nos conventos franciscanos desde sua fundação até meados do século XVIII e o capítulo em que faz a resenha das obras escritas pelos religiosos da ordem.

São documentos importantíssimos por onde se pode penetrar no estado de cultura das congregações religiosas do Brasil nos tempos coloniais e em geral no estado da instrução popular.

Jaboatão é um cronista sem pretensões, sem charlataneria, sem alitudes retóricas.

Sua leitura é insípida algumas vezes pela insignificância dos assuntos; mas em geral é fácil e atraente.

Não escapou a diversas inexactidões de factos; mas a sua boa fé era completa. Era um frade crédulo, supersticioso, ingenuo e instruído a seu modo. Se não tem a simplicidade inimitável de Córdão, não possui também as arrogâncias pedantes de Pitta.

De todo o livro pode-se escolher um fragmento, que, por suas verdades e ainda mais por seus erros, é um excelente documento do estado dos conhecimentos geográficos e históricos dos brasileiros, há pouco mais de um século.

Releio-me a descrição do rio brasileiro por excelência, o imponente São Francisco.

(História da Literatura — 1.ª edição, pág. 364)

(1) «Resumo de História Literária», t. 2.ª, pág. 415.
(2) Vol. 1.º, pág. 347 e seq.

Algumas páginas do «Novo Orbe Seráfico»

FREI JABOATÃO

capitania de São Vicente, para onde
era, antes que fosse à Índia, como
se diz, e Duarte Coelho Pereira, na
Pernambuco, como agora veremos.
123. Viera feto da Índia o tempo,
que a magnânimo Rei D. João
tinha as decorações destas Capitã-
rias, e peita-lha tombou uma, ou
Rei lhe ofereceu, em prêmio de
seu serviço, e foi esta a do Per-
nambuco, em altura na 7.ª para 8.
ma, assignando-lhe para ella cin-
cuenta léguas de costa, entre o Rio
S. Francisco ao Sul, e o da São
Paulo, ou de Iguaraçu ao Norte,
por lhe servirem estes dois de
limites, vem a ser muito mais de
quanto por conta, e por terra mais de
dois e sem limite certo para as
léguas. Do parte de Lisboa partiu
Duarte Coelho no ano de 1530 com
esquadra de navios à sua custa,
que embarcou toda a sua família,
e outros parentes seus, alguns
de outras muitas pessoas, e
que, queriam acompanhar.
124. Partiu com feliz viagem veio
pelos fins de setembro ao
lugar da barra de Tamaracá,
descendo pelo Rio acima, e costa
debaixo, foi tomar porto no que cha-
mamos Marcos, da parte da terra
que chamamos com este nome, por
se principia lá a demarcação
desta Capitania com a da Tama-
racá. O Padre Lopes de Souza, o qual
estava antes havia estado
no lugar, e levantado ali uma Fei-
teira, e a ordem de Rei, quando no
ano de 1522 ou 23 foi mandado pelo
Rei, para a longer da ilha de
São Paulo, como em seu lugar se dirá.
125. O Padre Marcos, por ser o seu
capitão, e homem de bem, e antigo
do lugar, Duarte Coelho, e de-
clarou ao Rei, que cerca
de 150 léguas de costa, e buscando outra
para a Sul pouco
debaixo, navegando por
aquella costa, e ao mesmo ponto ou
lugar, chegaram lúndia, e saluaram
a terra, não sem grande apozição
de gente, que no alto á montem do-
mante, pois tinha uma muralha, e
muita gente, que depois de longa
luta, e combates e peles, levaram
muita gente, e o que restou os seus ho-
mezes, foi a última vitória a vinte
e cinco de setembro, dia dos gloriosos
Santos Cosme e Damião, e
desta vitória consagraram logo
no lugar, levantando nele igreja
de Santa Maria, e dando principio a uma povoação,
que depois passou a villa com o
nome de Santos Martin, e foi a
primeira da Capitania de Pernambuco.
Mas não acabou o lugar, e o
Rei, por ser suficiente como para
o governo da capitania, resolveu
fazer outro, buscando a barra, e
o Rio de Pernambuco, e assim cre-
deu a capitão dos navios fossem
navegando a costa para a sul, e posta
a gente em terra, se ordens de
Rei, mandando ali abrir es-
trada, do lugar de Iguaraçu, onde
estavam sitiados, e deixava seguro
em presença, foram buscar a praia,
a distância de duas léguas, entre
dois rios chamados Maria Farinha, e Para-
relo. Por esta marcharam a ponto
de guerra, à vista das suas naus, e
que não bastante recio do gentio
que por aquelas costas tinham habi-
tado, e por entre os brechos lhes
fizeram algumas sotidas, mas não
foram atacados que lhes embarcasse
marcha. Assim a foram continu-
ando uma praia limpa, rasa, e sem
pedra de areias soltas, de quatro
léguas um embarago de rio caudo-
so, porque um, que no meio della
era na mar, com o nome de doce,
e os peixes das suas águas, e por
ser o único, que nella distancia apa-
recia naquelas salgadas areias, e
chamado Paratitil pela terra dentro,
que os habitantes das suas tri-
bas, e margens, por uma boa canteira
de léguas, e entre areias claras e
escuras, lhes vem repartido a vida,
e as suas correntes, lhes não em-
barçavam na costa a passagem de
barragem, mas, como a impediu os
holandeses, que da Pau Amarela para
Olinda fizeram por esta mesma praia
a sua marcha. Na fim desta, dando
vista de uma levantação eminência sobre
o mar para a parte do nascente,
coberta de verde, e frondosa arvore-
da, disse o capitão alegre, com o
aproveito, e felição, que lhe pare-
ceu, o lugar. **Oh que linda situação
para uma villa!** E daqui se ficou cha-

mando, a que nele edificaram. **Vila
de Olinda,** e também de Marim, nome
que já tinha, e ainda conservou mu-
lhos tempos, imposto pelos seus pri-
meiros habitantes Taboárda, que
neste lugar estavam de anseio, com
uma povoação, na aldeia dos melho-
res, e mais abundada de gente de
todas as que havia por estas costas.
Com estes e outras nações mais das
muitas que por aqui residiam, espe-
cialmente dos Calefés, assistiam
quantidades de franceses, dos que
vinham a estas partes ao comércio,
e misturados com estes gentios, acen-
tavam aqui agora, como em co-
muns lugares, a sua resistência, como
de que entendiam, que em lousas
estas por vencedores, eram eles os
mais interessados.
126. Ocupou o capitão a eminên-
cia, e ainda que não acabam se foi
ou não a lórga de armas, supomos
que sem elas o não fariam, porque os
que relem esta entrada, se decla-
ram que naquele alto, onde hoje está
a cidade de Olinda, que é o que cha-
mamos Rua Nova, entre a Sé e a Mis-
ericórdia, teve a situação primeira dos
novos fundadores. No que logo ali-
cudou Duarte Coelho, foi em levantar
uma torre de pedra e cal, com os
muros reparos para a sua defesa con-
tra o gentio. Com esta, posaram os
primeiros diferentes, conservou
boa paz e amizade por alguns tem-
pos, mas, os por gentio natural de-
sacou, ou alucina dos franceses,
ou porque lhes dessem os nozes tam-
bem alguma causa, se rebelaram to-
dos, e foi tão grande o apozio, em
que pusaram os portugueses, que por
muitos os franceses, e por terra o gentio
unidos com eles, se acometaram mu-
lhos vezes, e alguns os tiveram cer-
cados, e em grande necessidade da
lame e água, porque no alto do mon-
te não havia água, e era necessário
ir por ela fora da fortaleza e povo-
ação, mas muito risco. Mas como a
empresa era de Deus, acudiu a sua
Providência no último cerco a esta
necessidade com um remédio não es-
perado, que foi virem trazer-lhe a casa
os mesmos gentios. Andava entre os
portuguezes um deles, chamado Va-
co Fernandes Lucena, grande lingua
do gentio, e estimado entre eles, no
tempo da paz, por valente e astucia-
do, e como a outro Carumura da
Bahia, todos os principais o preten-
diam para parente, por comércio das
ilhas. A este se havia aliado por
uma índia filha do material da
cidade de Olinda. Chegou esta a gravar
nos outros os portugueses, encarece-
ria-lhes as semelhanças com que os seus
parentes os perseguiram, e tanto
mais colinas lhes soube dizer, que mo-
veo a muitos deles a que os socor-
ressem naquelles apozos e neces-
sidades, em que de presente os haviam
posto os seus, e assim ajudando al-
gumas famílias, a que eles chama-
vam caboclos, cheios de água, com
outros mantimentos e frutas, os tra-
ziam aos cercados, e isto executaram
por muitos dias, e com grande recato,
e segredo, que tudo serviu de muito
alívio aos aliçados, enquanto a Pro-
vidência dispuña outra coisa, e não
mais tardar.

OBRAS ACADEMICAS, & OUTRAS VARIAS, Prozas, & Versos,

*Feitas e recitadas na Academia Bragha
dos Benfiteiros, e lidas pelo Capellão
Joseph Nascença, Paes de Pádua Ca-
rvalho de Mello.*

*Cabida a sua primeira conferença publico em
6 de Junho, das quaes se annos a seguinte
Rey. S. M.*

D. Joseph

notado 739.

Por
*Fr. Antonio das Maria Jaboatão
Agente do Officio da Biblioteca da Prín-
cipal da Academia de Bragha, e de
Biblioteca do Officio da Academia
de Bragha, e de Bragha.*

Requiem do Officio da Bragha.

Frontispício das OBRAS ACADEMICAS, de Frei Jaboatão.

confirmando-se na opinião que já
entre eles andava, de que aquele
homem era felicitoso, que virando na
costas os mais levantaram o cerco
e se pusaram em fuga.
127. O altar desta história é o P.
Fr. Vicente de Salvador, Custodio,
que foi nesta Província, em tempo que
era Custodio, e estava unido à de
Santo Antonio de Lisboa, no seu livro
manuscrito da História do Brasil, onde
diz estas palavras: **Eu não creio este
sucesso, ainda que o li escrito por
pessoa que o afirmava, se não sou-
bera que naquele próprio lugar, sou-
be se les a risca, de fronte de Forti-
leza, se edificou depois um santuário
templo, dedicado ao Salvador, que é
a matriz das mais igrejas de Olinda,
onde se celebram os Offícios Divi-
nos com muita solemnidade: e assim
se não ha de atribuir a felices, e
a Divina Providência, que quis
com este milagre sinalar o alto, e
imandade do seu templo, e acudir
aos pobres cercados.** Assim o re-
futado padre o poderá comprovar o seu
acertado alucio, no que faz de ser
poder dividir a não obra de an-
canta, o que aconteceu na eminência
de Olinda, e no lugar em que se le-
vantou depois aquele templo dedica-
do ao Salvador, igreja copada da
sua villa, e é hoje a Sé Catedral com
o mesmo título, com quatro coros simi-
lhantes, em que pelo Senhor se re-
servada para morada sua, e dos
seus Santos, permitiu neles outras
acções maravilhosas, que se acham
escritas nas Histórias Sagradas, espe-
cialmente a de Monte Gargano, onde
as setas, que se despendiam contra o
touro amontoado, que a ele se havia
acobiado, e no lugar em que se le-
vantou por virado divino, se voltaram
para os mesmos que os despendiam
porque naquele lugar queria o Senhor
consegredar em honra sua e de todos
os anjos, e do seu principal S. Miguel,
um templo e igreja, como logo se lex.

128. Com esta vitória, que mais se
deve attribuir a milagre, que a su-
perstição, ficaram os portugueses mu-
desolados, mas não tanto, que lhes
não restasse ainda muito que vencer,
porque não era este o gentio que
habitava o monte de Marim, o que
lhe fazia apozio, porque outros mu-
lhos lhe ficavam também circunvizin-
hos, e eram em numero quan-
tidade, por ser aquele continente de
Pernambuco muito povoado e ope-

os que nesta se anticiparam as cha-
madas Taboárda do lugar de Marim,
que muito, e fielmente, ajudaram aos
portuguezes contra os Calefés de Per-
nambuco, seus declarados inimigos
desde o principio da entrada destes
por estas costas maritimas, que do-
minavam os Taboárda.
129. Com as pazes destes, e de
outras muitas dos Calefés à sua limi-
tação, e com a retirada dos mais
para as serras, pela destruição, que
neles fizeram com os portuguezes ou-
tras nações mais, e a total extinção
dos franceses, e socorros dos gentios
e pessoas nobres a riam, que do rei-
no, à instância do seu Donatário for-
ram concorrendo, se foi também dilato-
do a conquista para o interior da
terra, e seus arredores: levantaram
novas povoações, lobelaram enge-
nhos e fazendas e proseguiram com
grande aumento a Capitania de Per-
nambuco, que já em estado próspero,
foi pelo ano de 1554 em 7 de agosto, deixando a sua mu-
lher D. Brites de Albuquerque por re-
gente da Capitania e tutora de seu
filho Duarte Coelho de Albuquerque,
se achava no reino, e lá se deixou,
governando a mãe até o
ano de 1560 a tempo que lá che-
garam noticias do perigo do esta-
do, em que se achava esta Capiti-
laria, por um levantamento geral, que
havia feito toda o seu gentio, cau-
sando nas povoações e lugares da
sua capitania muitas e graves danças,
mortes e destruições nas engenhos e
fazendas: para acudir a tantos males
foi preciso a rinha regente D. Colo-
rina ordenar a Duarte Coelho de Al-
buquerque (*), novo Donatário, e seu
herdeiro, passasse a Pernambuco. No
ano de 1560 chegou a Olinda trazen-
do consigo o seu irmão Jorge de Al-
buquerque, moncho de animo e ex-
pectorado. Tomada a posse da sua
Capitania, a achou em tanto aperto
e consternação pelo gentio, que não
ouavam os moradores de Olinda sair
lora da villa, mais que uma ou duas
léguas pela terra a dentro e ao longo
da costa, não três a quatro. Para tomar
resolução do que se devia obrar, cho-
mou a conselho as principais e na-
turezas pessoas da villa e, com parecer
de todos se assentou que para a nova
guerra e conquista da levantado gen-
tios fosse nomeado, como foi, Jorge de
Albuquerque, seu irmão, por cabo,
e comandante. Acetou a empresa e
no mesmo ano de 1560 deu principio
a guerra, começando a pela parte do
Rio de S. Francisco, em companhia
de seu irmão Duarte Coelho de Al-
buquerque, desceram muito parte
dele e das suas margens, e pela ter-
ceira dentro, por onde retirado Duarte
Coelho de Albuquerque, para Olinda
do Rio, veio seu irmão Jorge de Al-
buquerque continuando a conquista
até Pernambuco. E porque foram
muito dignos de memória os traba-
lhos que nesta guerra padeceram to-
dos, não queremos deixar de os re-
petir sumariamente assim como se re-
pete em comum o que os escreveu na
História (**). O naufragio que teve
com Jorge de Albuquerque embarcos
de Pernambuco para o reino, e
diz assim: **Começo a fazer guerra
em inimigo no dito ano de 1560 com
três em sua companhia muitos sol-
dados, e criado seu, a quem dava
de comia, beber, vestir e calçar à
sua custa. E cinco anos, que gastou
em conquistar a dita Capitania (de
Pernambuco) pelos mantimentos e de-
sacros, verdes e invernos, de noite e
de dia, posou muitos em si grandes
trabalhos, sendo fido e os seus solda-
dos e criados feitos muitas vezes, po-
lejando, algumas a pé, e outras a
caval. E quando se viu resolver e
alguns dos lugares ou Villas dos
nozes portuguezes, que via, e não
podia chegar com de dia, no maior
e mais formoso bosque que achava,
se agachava ao pé das arvores,
com mantimentos, chapuças de
tama e pedras em que se agachava-
sem os soldados, e estas ramos e
chapuças mandava fazer por muitos
escravos, que tradio em sua compa-
nia, que serviam da desobediência e vi-
giar o campo e o lugar onde se es-
gachavam. Justamente com alguns
soldados, passando tantas lousas e
necessidades, que muitas vezes não
tinham que comer mais que caru-
mões de mel e farinha de pau e
erva brava do campo. E com estas
coisas e com os polavros que usava**

I - UMA LIÇÃO DE PORTUGUÊS

populares, mais simples, mais claros, em vez de propositórios mas não, por isso, mais simples, pelo facto de que, no plural, tem a vantagem de significar plural e não, ao passo que propositórios, no plural, não costumam significar sendo avós. Serão assim no exemplo Bileteu e os dicionários que o verbo repetido, entretanto escritores puristas como Latino Coelho não duvidam usar a forma do plural na acção em que diz o sr. Rui Barbosa se não costumam usar. Veja-se Oração da Coroa, pág. 88: «Havia cada um deles que não era nascido só para seu pai e sua mãe, sendo principalmente para a pátria. E a diferença qual é? O que se julga somente nascido para os seus progenitores espera, etc.»

Inquirindo de intersecção, a página 46, o termo usado pelo sr. Romão Orsiga, divagando, (que no entanto assim parece ter todos os requilhões de veracidade) condena o

sr. Rui Barbosa esta forma de excelente estilista: «O que é que quer o nobre animal? Não ignora que as grandes gramáticas e puristas, e não sem razão, o reprovam: mas ali também que escritores cujo exemplo não pesa menos que todas as regras dos gramáticos, e as picuinhas dos puristas não escrupulizaram em empregá-lo. O que há de ser desse e de nós?», diz Garra no Fr. Luis de Souza, 4.ª edição, pág. 41.

Oh! esta nossa língua portuguesa, quem pode ler-se de sub-lá toda, de poder, sem contestação plausível, apoiar-lhe ou reprovar-lhe uma forma, uma expressão, um vocábulo, afirmar com segurança, fora dos casos vulgares de incorrecção manifesta e dos vícios indiscutíveis, que isto é errado ou aquilo é certo, que isto é

verdade e aquilo não o é? Nos seus clássicos há para todos as opiniões, esta é a verdade. O que foi antes purismo é hoje galicismo e vice-versa. Vejamos os rios de Fr. Francisco de São Luis e de Francisco José Freire. O padre Vieira usava malicia, contigação, e sucesso (Sermão citado) no sentido de «bem feito», condenado pelos puristas. Garra, que é talvez o mais elegante escritor português, não hesita em usar de «desapontamento, assolução, breve, reunindo uma enumeração, à fraca, debacha, preferir antes, trancos, no sentido de raios (directos meros, históricos)». Camille estereve explosivo segundo a etimologia popular, que linguistas reconhecem legítima, e, com o mesmo critério inalterado no sentido de destemido, e emprega a

forma vir de sem ser para exprimir um facto material: «se vinha de poder minha mãe» diz ele alguma. E com estas divergências dos melhores escritores da nossa língua se secretava um livro.

Não importa, nem isto significa que não haja, em suma, um tipo superior e incontestável de correcção que, se é obrigatório, se deve, se é obrigatório a seguir. Esse tipo, e o pouco como, quer entre nós e sr. Rui Barbosa, e seu parcer sobre a redacção do Código Civil é uma alta e sábia lição de português que nos deve aproveitar e todos. A cultura de um povo supõe, em primeiro lugar, a cultura de sua língua nacional, e não é um povo culto aquele que não a sabe. Não podem ser a simples expressão de um sentimento individual estas be-

las palavras de sr. Rui Barbosa no seu parcer: «devo exprimir (também) o meu sentimento geral. Se porventura soumos uma família humana condenada a perder a individualidade, e a ser devorada pelas nações civilizadas, quero estar entre as últimas e não se desacomodarem, nesta terra, de que uma rapa, cujo espírito não defende o seu solo e o seu idioma, entrega a alma ao estrangeiro, antes de ser por ele absorvida.»

Não é, pela tarefa e serviço de pouca monta e do sr. Rui Barbosa nesta sua severa, mas, no cabo, legítima e justa censura da redacção do nosso futuro Código Civil, do qual, por fim de contas, pelo fundo e pela forma, é vir a ser o verdadeiro autor.

Acetemos-lhe, portanto, a lição, que é de mestre.

(«Correio da Manhã, 4 de Agosto de 1952)

II - UM CENSOR CENSURAVEL

Medeiros e Albuquerque

TODOS sabem como a discussão, e a não-honra desse trabalho foi feita na Câmara. Nomeada uma comissão de Viria e um membro, o sr. Seabra se apresentou em seu presidente. Homem para gritar e esmurrunar, a título de estar fazendo alto alarido e declaração parlamentar, a sua incapacidade para qualquer trabalho de pensamento revelou-se desde logo. Começou pela divisão do serviço. Para se lutar ao ingenuidade e de pensar por conta própria, adotou tal qual a repartição da matéria feita pelo Instituto de Advogados. Essa repartição podia ser extensiva, mas tinha sido organizada para uma comissão pequena. O presidente da que a Câmara escolheu não fez nem ao menos a simples repartição de acção, bastante para, subdividindo melhor a tarefa, distribuir uma parte de serviço a cada um dos seus companheiros, quando também alguma delas para si. Ficaram, por isso, vários deputados sem incumbência alguma.

Princípio bem. Viriam, depois as discussões. As primeiras partes foram debatidas com largueza, houve a máxima liberdade de palavra. Assim, porém, que se chegou ao meio, o sr. Seabra sentiu a necessidade da censura a serviço. Pouco a pouco, as discussões precipitaram-se, obrigando e encerrando-se com a máxima velocidade possível. Quem comparou a tempo gasto com os princípios e discussões, verá que ele não foi, proporcionalmente, a importância das matérias discutidas. Entrava ao não derradeiros dias de outubro, lembrava o retrato de alguns membros do conselho — e esta e outras comissões secundárias decidiram o procedimento na sr. Seabra.

Depois, para ele, aquilo era uma empreza como qualquer outra: discutir o Código Civil ou defender uma violação política do Governo é exatamente, no seu espírito, a mesma coisa. Quando ele vêga num serviço, e que quer é do chefe dele, tranquilamente, a mais séria possível. Se é coisa de tribuna, a homem sobrevive, fica apático, estanca, violentamente a bancada e os radiantes, mas a ideia concluída. Tinham-lhe dito que era preciso dar pronta uma discussão do Código. Ele atendeu a serviço e lá. Fêz — do modo belizante que todos viram.

É impossível a um homem qualquer, por mediocre que seja o seu talento, não se apressar por vários pontos, por várias teorias do direito civil. Um advogado, normalmente quando discute advogado a professor de direito, deve, mais do que qualquer outro, estar nesse caso, exaltado porque tem de expor, claramente, as ideias e argumentar a seu favor. Mas esse extraordinário professor não teve nenhuma preocupação de tal género. Não há no Código vestígio da sua influência, sendo a da predilecção e incapacidade com que conduziu o trabalho. Não teve uma ideia. Por isso mesmo, seu grande cuidado foi o de impedir que a Câmara discutisse.

É interessante notar que, ao passo que esse lenda do direito (!) não considerou nenhuma iniciativa, todos os funcionários públicos de desobediência, no Código Napoleão, indicam que o entraram por influência de grande general. E não é que ele os impusesse autoritariamente, apresentando-se de desobediência e, muitas vezes, vendo, muitas outras, levava a persuasão ao ânimo dos velhos juristas portugueses.

Aqui, não disse. O sr. Seabra não é homem que dispute esses louros; entregaram-lhe aquela tarefa para levar. Ele a pôs em ordem e, enquanto não a viu no Senado, não desconfiou. A bem servir, bom pagou por isso dezanove a recompensa convencional fizeram — o líder da Câmara.

Ora, esse pobre Código, assim mal arranjado, cuja revisão foi feita em poucos horas e apenas repassado por um professor da Bahia, não, como era natural, com grandes melhorias de forma. Era mesmo de ver que tivesse muitos mais de fundo. Mas, ali, quem não se parecia em ruínas e não estava diante a este ou daquele capítulo, verá que o trabalho é muito melhor do que seria para esperar. O

Código que a Câmara fez, não, apesar das desaprovações de sr. Seabra, não bem — ou não bem — como os melhores da estranheira.

Por último, na única tentativa que empreendeu para melhorar qualquer coisa, o sr. Seabra levou-o ao tal génio estadual, entendido em gramatizadoras. Foi um sucesso. O homem emendou pouco, mas divinamente. Encontrou um artigo que estava assim redigido:

«O domicílio civil da pessoa natural é a lugar em que ela estabelece de modo definitivo a sua residência.»

Com a intenção esboçada, que deve caracterizar a genial professor de genios sr. Seabra, ele emendou:

«O domicílio civil da pessoa natural é a lugar em que estabelece a de modo definitivo a sua residência.»

Usar em vez do termo **estabelece**, e a intenção discutida **estabelece** ele só mesmo do mestre ilustre que fez a radiante inteligência de sr. Seabra. E pouco mais desobediência para emendar o restante vultu dos belos artigos.

Apanhando o mesmo já entropado por dois patricios, o sr. Rui surpreendeu, no Senado, corrigido. De princípio a fim, no seu longo, no seu quase infinito preceito, antes a qualquer, a qualquer, o lei que lhe vai no olho por não ter sido o escolhido para fazer o trabalho. Ele a diz, ele o chama e proclama, a cada passo. Lá está na página 6, 2.ª coluna, a declaração de que todos os seus emendas começaram apenas metade de que lhe seria dado fazer se lhe tivesse cabido a honra da primeira redacção. Fosse ele — e o outro seria perfeito, tempo. O sr. Rui é do estirpe daqueles rei de Castela, que luminava não ter o primeiro a criação do mundo para dar uma boneca ao filho do Padre Eterno. E acreditam que, se não tivesse sucedido, ainda se exaltaria de sua não-lhe tivesse cabido o honra da primeira redacção do Universo.

Só ele redigiu bem o nome e todos os artigos do mundo. Por isso, e não por isso, que é tudo mesmo a parecer de Senado, emenda, corrigido, altera, muda, milha, litiga, ensina a toda a gente. Não são só os deputados que se levam zangonados e troço. Do presidente, de corrigido a Código Português, corrigido os clássicos antigos, pucha os greibos e Ramalho Ortigão, por uma leucemia também usada por Antonio Vieira, Garra, Herculanio e Rebelo da Silva, nota ocultas, desmanchos, escandaliza. Tanta falta por nesse tempo, que foi dançando, dançando e acabou por se corrigir e si mesmo sem sentir. Depois de maliciar e assustar: dos colegas, maliciava-se a si mesmo, de si mesmo esqueceu. Não lhe parece o caso desses animais que, num grémio como de lária, também se não mudaram a si próprios?

No entanto, o trabalho que ele fez, podia e devia ser feito. Mas, ainda, ninguém de maior competência para levá-lo a cabo do que esse grande escritor, esse extraordinário erudito a cujo mérito é impossível deixar de referir os mais altos homenagens, como a um dos grandes mestres da nossa língua. Pode-se censurar-lhe a improbidade em citações, que não lhe defende como uma destina acidental: pode-se insistir o seu violento despeto em modo de um lugar. Mas, falando ao esprevidado e português, para defender a justiça ou para citar alguém, a sua letra é sempre admirável.

Intelectualmente o trabalho, que devia ser feito, não foi a que ele apresentou. Chegou o despeto. Vê-se que o seu empenho esteve apenas em multiplicar os emendas, de modo a fazer crer que o Código estava privado de erros, de um modo inútil e desproporcionado. Erros tinha — e verdade, tinha muitos. Grupos no decurso monumental do sr. Seabra, que sacrificou companheiros de comissão, não lhe dando tempo para a revisão e sacrificou a Câmara, obtendo que não houvesse discussão — graças principalmente a isso, o trabalho saiu muito mais imperfeito do que se pa-

deria esperar de uma comissão, onde havia homens de grande valor. Mas o sr. Rui em alguns pontos exagerou, desceu a futilidades. Em outros, querendo emendar, errou grosseiramente. Pretendendo evitar todas as capotagens, emendou outras piores. Desse modo, não há um erro oportuno por ele nos outros, que também não existia, ou no seu próprio parecer, ou em trabalhos de sua lavra.

Querem exemplos? Ele cita com grande troça o seguinte artigo do Código, sublinhando os algarismos em 80:

«Não importa interrupção da prescrição e eleição nula por vício de forma, por circumvenção ou por perempção da instância ou da ação.»

No entanto, duas páginas adiante, escreve: «sem definição, indicação ou menção anterior...» (pág. 5, 1.ª coluna, linha 32). E no seu despeto sobre hipoteca, há este prodigioso artigo, que parece ler dentro de si, um câmbio, desesperado, um furioso **ão, ão, ão**:

«O adquirente que adquire a DESAPROPRIAÇÃO do imóvel ou pelo penhora ou pela LICITAÇÃO, que pagar a hipoteca, que pagar a por maior preço que o do ALIENAÇÃO por causa da ADJUDICAÇÃO, que suportar custos ou despesas judiciais, tem AÇÃO regressiva contra o vendedor.» (Dec. 168-A, de 19 de Janeiro de 1890 — art. 13 parágrafo 8.º)

Ora, em português, todos os cabets, as duas resenências mais comuns, são os verbos do primeiro paradigma e os em **ão, ão, ão**. É, portanto, impossível, muitas vezes, evitar assemelhanças em uma ou em outra. Mas quando um homem se faz tão feroz censor, como mestre Rui, precisa não cair nisso. A citação feita acima tem um queque de **que, que, que**, que, quase constante: cinco vezes a palavra **que**!

Indignou-se ele com o concelito: «única violação» e escreveu «por cada». Não quer que se empregue o advérbio **privado**, porque lembra o nome que também se dá ao delictivo. Todas dizem, entretanto, **vida privada**, sem por isso quererem dizer a vida dos que, por sofrimento de dissidência, vão frequentemente da privação. Mais adiante, entretanto, faz uma declaração sobre o verbo **obrar** no sentido de **agir**, entendendo que ninguém deve hesitar no seu uso, só por causa da acepção popular, pouco limpa, que lhe é dada.

Tira da **privado** o mandado que todos **obtem**. Estranhos concelitos!

Não supõem os que não leiam o parecer que é isso um grémio de divida o uso. Lá está. E o grande escritor que desce a láia Louchecheiros, em vários pontos, chegando até a alucinar, fazendo loquências de palavras, num lugar em que para sustentar a expressão: «**dividido**... de **orden privado**» ele escreve: «Passamos sem **orden privado**, de que não podemos privar, sem **privado**, que se sente» (art. 1036).

Se de outro lado escreve: «**se sente**», ele que não quer **achar** «**se sente**», na indignação. E verdade que não devia escrever: «**se sente**», mas «**se sente**», (art. 3 do l. 1.ª), sua autoria, redigindo: «**uma só via**», que deixa a sua prosa «**mas não**», «**de dela**», e «**por lá**», sua emenda e encontra de **da** e **dos** (art. 23), mas, em poucos linhas (art. 38), faz duas vezes «**do**» e duas outras «**de**» (**dede** e **de de** e **dede** **minhinho**...). É riquíssimo na distinção de verbos transitivos e intransitivos, no entanto, emprega o verbo **desagradar** como transitivo.

E dele este artigo: «Art. 372. Se o dia depois de constituição a hipoteca da mulher casada, e marido a não inscrever, podem requerer a sua hipoteca o pai, o donador ou qualquer parente da mulher.» (Dec. 370).

É só para a mulher **anão** que o sr. Rui faz a sua tese, permitindo que ele inscreva a **própria mulher**. **própria** aquela «**própria**» referir-se, não a hipoteca, mas a mulher **própria**.

As vezes as suas contradições ficam em colunas vizinhas. Na introdução, ele protestou

contra o uso dos possessivos, mais adiante, citou indignado a sua no art. 370, que estava assim redigido:

«III. Quando existir um escrito emanado do preloso pai, reconhecendo expressamente a sua paternidade.»

Mas, poucas linhas antes, na página anterior a essa, deixara escrito: «E' sobre a paternidade consumada que o genitor, antes, reconhecendo, a sua paternidade.»

Também no art. 8.º da Lei Preliminar achou:

«A lei nacional da pessoa rege a sua estado e capacidade civil, as relações pessoais dos cônjuges e o regime do bem no casamento.»

Achou — e caiu de palmatória em páginas **Age e regime**. Não é tão indigente a nossa língua.

Pois bem, folhas adiante, no art. 105, o leitor encontra que haverá «simulação nos atos quando as partes as tiverem **disfarçado**». «Y. rano é de que multiplicar as correções, sobre **disfarçado** por **simulado**. Desse modo, é com todos sabemos que «Haverá **simulação** nos atos... quando as partes as tiverem **simulado**». «Luminosa definição! E' o caso de **disfarçar**. Não é tão indigente a nossa língua.»

Mas o desejo de chegar, de apontar erros, em erro. Levou-o a falhas de gramática, esqueceu-se dos casos mais simples de análise lógica. Exemplo? Aqui está. Transcreva no íntegro o art. 337 e o comentário que ele faz. O artigo diz: «São parentes em linha collateral até o décimo grau as pessoas que descendem de um tronco comum, sem que **descenda** uma da outra.» Rui comenta:

«Sem que descendam. Não pode **descender**, no singular, quando o sujeito é **pessoa**, no plural. Esse erro vem do **proleto** primitivo (art. 338), **manhava** no do **casamento** dos vint e um (art. 338) e variou nas diferentes edições do **Diário Oficial**, até se consolidar aqui, no projeto da Câmara dos Deputados. Quanto pôde **descender**!»

Quanto pôde o despeto. Qualquer menção de código venha, entretanto, que o sujeito **descenda** é uma e não **pessoa**. A ordem certa seria: «sem que uma **descenda** da outra». Achou e que estava perfeitamente certo e emendado para errado.

Mas a melhor é o caso do art. 332:

Diz o texto da Câmara: «As hipotecas legais, na qualquer espécie em nenhum caso valiam contra terceiros, sem a indispensável formalidade da inscrição e especialização. Coloca sobre essas palavras os olhos do Mestre Rui e ele se absteve a pena, dando-lhe o redigido:

«Sem a indispensável formalidade... Para que esse pavoreado, após os terribles nomes **valiam** **não valiam** em **caso algum**? Declarado assim que, contra terceiros, **não valiam** em **caso algum**, a hipoteca, antes da inscrição e especialização, não está dito que uma e outra são formalidades indispensáveis para que ela valha contra terceiros?»

Mas o engrandado é que esse artigo a Código o transcreveu do parágrafo 15 do art. 3.º do dec. 370, feito por ele mesmo, por ele, Rui em 1890. «As hipotecas legais de toda e qualquer espécie, em **nenhum** caso valiam contra terceiros, sem a indispensável formalidade da inscrição e especialização.»

Assim, esqueceu-se que estava dando o trabalho seu, acabou, lutou, por manter-se o próprio!

É impossível dar aqui todos os outros, mais ou menos vícios de forma e fundo em que cai. Por que, entretanto, esse violento despeto? Por que a linguagem de aparência absolutamente inofensiva em pareceres de assembleia legislativa, de que usou contra os colegas da Câmara e contra o grande e ilustre jurista, que fez o projeto primitivo do Código? Falhas são essas de grandes espíritos.

A querer evitar assemelhanças e conciliações, por fim de contas, de longe, mais ou menos limpas, ninguém mais conseguiu

(Conclui na pág. 78)

Relatório Apresentado pelo Dr. Ovídio de Abreu, presidente do Banco do Brasil, à Assembléia Geral dos Acionistas, em 27 de Abril do corrente ano

Cumprindo preceito legal e de acordo com o art. 35, número 6, dos Estatutos, temos a honra de submeter à vossa apreciação as contas do exercício de 1949, com um relato dos principais fatos ocorridos.

Assumindo a presidência do Banco do Brasil em 29 de julho de 1949, em virtude de Decreto de 26 do mesmo mês, do sr. Presidente da República, procuramos orientar-nos no sentido dos interesses do Banco e do País, em harmonia com a política econômico-financeira adotada pelo Governo.

É com prazer que salientamos a constante apoio que o sr. Presidente da República, General Eurico Gaspar Dutra, tem dispensado ao nosso Instituto, cujo desenvolvimento acompanha com real interesse.

Do sr. Ministro da Fazenda, Dr. Manoel Guimarães da Silveira Filho, que por largo período, com brilho e dedicação, administrou este estabelecimento, tem merecido o Banco, igualmente, preciosa atenção.

Desejamos ressaltar a atuação profícua dos nossos colegas, Diretores Pedro Demosthenes Ribeiro, Jorge de Toledo Dods-Worth, Alberto de Castro Menezes, Walther Moreira Salles, Marino Machado de Oliveira, Pedro de Mendonça Lima e General Anápolis Gomes, aos quais deve a nossa Casa assinalados serviços.

O Conselho Fiscal, composto de destacadas figuras de nossos senhores financeiros, senhores João Cândido d'Oliveira, Carloman da Silva Oliveira, Argemiro de Hungria Machado, Pedro de Magalhães Corrêa e José Meneses de Oliveira Castro, além de incumbir-se de suas atribuições, prestou à Administração cordial e valiosa cooperação.

Com esse apoio e essa colaboração, procuramos desde logo entrar no exame de questões palatantes que reclamavam solução.

Uma delas foi a referente às dívidas dos pecuaristas, na qual, como é sabido, o Banco é grandemente interessado. Os criadores e recriadores em dificuldade eram em número reduzido, relativamente ao dos componentes da classe, mas os embargos com que lutavam tornaram-se tão sérios, que vinham afetando

do a economia de diversas zonas.

O Banco do Brasil, tendo em vista o empenho do sr. Presidente da República em corrigir a situação, colaborou com a Câmara dos Deputados, por intermédio de sua Comissão de Finanças, no sentido de ser encontrada fórmula capaz de resolver o problema. Resultou desses esforços a Lei n.º 1.002, de 24 de dezembro de 1949, que concedeu novo prazo de 10 anos para o pagamento de 50% das dívidas e a transferência para a responsabilidade da União dos outros 50%, à medida que efetivamente resgatadas a parte a cargo dos devedores. A quota que a União assumir será liquidada também em 10 anos, mediante a entrega de apólices aos credores, nos vencimentos das prestações.

A Lei promoveu o desafogo da situação dos pecuaristas pela redução de suas dívidas à metade e preservou o princípio da pontualidade na satisfação dos compromissos, base do crédito bancário, ao mesmo tempo que evitou a emissão imediata de vultosa quantia em apólices.

Ainda em consequência dessa Lei, que regularizou em definitivo a situação dos pecuaristas, determinamos o início de estudos tendentes a restabelecer as operações do Banco com aqueles clientes.

Em novembro de 1949, propusemos ao Governo a reforma do Regulamento da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial, a fim de possibilitar o incremento de empréstimos aos criadores, o que, como se verá adiante, está em via de execução.

Outra questão objeto de imediatos cuidados da Diretoria foi a revisão dos limites de operações das Agências, pois, embora tivesse havido uma elevação geral de 40% em 1948, era evidente que muitas não vinham podendo atender convenientemente aos negócios das respectivas regiões, sendo que várias delas se mantinham mesmo no regime de déficit.

Essa revisão, que obedeceu ao critério das possibilidades locais localizadas em todos os 1.457.020.000,00, atingindo Finanças das diversas zonas, ampliou a capacidade das Agências de efetuar empréstimos à produção em volume de Cr\$... Estados.

Problema relevante e intimamente ligado também aos interesses do Banco, e que mereceu nossa imediata atenção, foi o aumento de vencimentos do funcionalismo. Adotadas as indispensáveis medidas para ga-

rantir a obtenção dos recursos necessários a esse encargo de caráter permanente, encontrou-se uma fórmula que corresponde plenamente às conveniências dos funcionários e do próprio Banco, concorrendo para um ambiente de trabalho agradável e profícuo, e que consistiu na promoção de quase todo o funcionalismo ao cargo efetivo imediato e na reestruturação dos quadros, fazendo-se o simples aumento de vencimentos apenas em relação a determinadas categorias.

Paralelamente, foi modificação do regime de remuneração dos cargos de administração nas Filiais, de modo a interessar nesses funcionários mais antigos e experientes, em benefício do próprio Banco.

Muitos outros assuntos de maior relevo, que escapavam à rotina dos negócios, foram resolvidos pela Diretoria, destacando-se o financiamento dos estoques de açúcar nos Estados produtores; o fornecimento de recursos aos moínhos para aquisição oportuna da produção nacional de trigo; o adiantamento de importantes verbas ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, para as obras da rodovia Rio-São Paulo; os empréstimos a várias Unidades Federadas, destinados a obras de interesse público.

Assim também foi deliberada a elevação da base de adiantamento sobre café, atendendo aos reclamos dos produtores e comerciantes, que desejavam ver assegurada a estabilidade dos novos preços, para tranquilidade da economia cafeeira.

A administração se preocupa com alguns outros problemas de importância para o bom andamento dos negócios e serviços do Banco, como a construção de um edifício capaz de abrigar todo o aparelhamento da Direção Geral e a criação de um curso para aperfeiçoamento dos administradores das Filiais.

É óbvio o inconveniente da situação em que se encontram os serviços da Direção Geral, espalhados por vários edifícios. Luta-se com má acomodação, e a falta de espaço cria dificuldades aos trabalhos, inclusive da Agência Central.

Pretendemos resolver esse antigo problema, dando ao Banco do Brasil sede condigna e adequada sob todos os pontos de vista. As primeiras providências para isto já estão em curso, visando à aquisição de terreno que preencha os requisitos necessários.

A par dessas e outras preocupações, não descuidamos de manter as tradicionais e estreitas relações com o Tesouro Nacional.

Examinando as operações do Banco, verifica-se logo a preponderância das que se relacionam com o Governo Federal, fato que se harmoniza perfeitamente com a função de banco oficial que sempre exerceu o nosso Instituto.

Para se avaliar a extensão das relações do Banco do Brasil com a União, basta citar as seguintes atribuições que lhe foram confiadas pelo Governo:

- agente financeiro da União (recolhimento das receitas, abertura de créditos e movimento de fundos por todo o território nacional);
- execução e controle, por conta do Governo Federal, das operações de câmbio em todo o País;
- controle das exportações e importações, mediante o serviço de licença prévia;
- operações de desconto bancário;
- agente financeiro da Caixa de Mobilização Bancária, que tem por finalidade proporcionar empréstimos especiais a bancos cujos encaixes tenham caído de nível em virtude de anormais retiradas de depósitos;
- fiscalização bancária, no que respeita a operações de câmbio;
- controle e liquidação de bens dos súditos dos países que estiveram em guerra com o Brasil;
- compra de ouro (20% da produção das minas nacionais);
- operações especializadas de assistência ao comércio exportador e importador;
- operações especializadas de crédito agrícola, pecuário e industrial;

— operações de defesa de mercados de produtos agrícolas.

Trata-se de funções as mais heterogêneas, que correspondem virtualmente às de todo um sistema bancário. Levá-las a cabo, pela forma por que o tem conseguido fazer, é serviço relevante que o Banco do Brasil presta ao País.

Para poder enfrentar os riscos e ônus decorrentes das múltiplas tarefas, que é chamado a desempenhar, como banco oficial, em benefício da coletividade nacional, era indispensável ao Banco acumular recursos ponderáveis.

Conseguiu-o nos 44 anos de sua existência, graças à orientação segura das administrações que nos precederam e à compreensão, que sempre predominou nesta Casa, de que sua função transcende a de uma simples empresa mercantil, para se confundir com a de poder público.

Assim é que, por meio da não distribuição de parte dos lucros obtidos, se elevaram os recursos próprios do Banco, dos 70 mil contos de capital com que se instalou, na sua fase atual, a 5 de julho de 1906, a Cr\$... 2.993.782.000,00, a quanto montam o capital atual (Cr\$... 100.000.000,00) e as reservas acumuladas, as quais se poderiam acrescentar ainda Cr\$... 1.091.741.000,00, referentes ao líquido das «contas de resultados pendentes», em 31 de dezembro de 1949, que também constituem valores pertencentes ao Banco.

A esses recursos próprios vieram juntar-se capitais de terceiros, confiados ao Banco em depósitos ou a outro qualquer título, os quais somavam, em 31 de dezembro findo, Cr\$... 32.032.199.000,00.

Ao findar o ano, tinha, pois, o Banco à sua disposição fundos no total expressivo de Cr\$... 36.117.722.000,00, provenientes das seguintes fontes:

	Cr\$
do Tesouro Nacional, de Estados e Municípios e de outras entidades públicas ..	15.891.431.000,00
de outros bancos ..	5.261.098.000,00
do público em geral ..	9.134.972.000,00
de diversas outras origens ..	1.744.698.000,00
Total dos capitais de terceiros ..	32.032.199.000,00
recursos próprios, inclusive «contas de resultado pendentes» ..	4.085.523.000,00
Total geral ..	36.117.722.000,00

Relatório Apresentado pelo Dr. Ovídio de Abreu, presidente do Banco do Brasil, à Assembléia Geral dos Acionistas, em 27 de Abril do corrente ano

A posse desses volumosos recursos é que tem permitido ao Banco prestar ampla assistência financeira aos Poderes Públicos, bem como amparo a todas as classes produtoras, ao comércio e a particulares.

Note-se, porém, que não o faz com o único objetivo do lucro. Ao contrário, realiza muitos de seus empréstimos, em volume considerável, a juros baixos, como 6%, nos adiantamentos ao Governo Federal, e 7% nos financiamentos rurais feitos

pela Carteira de Crédito Agrícola e Industrial.

Mantém, ainda muitas Filiais deficitárias, com a preocupação de levar o benefício do crédito bancário, especialmente em favor das classes rurais, a zonas onde os estabelecimentos de crédito privados não consideram interessante instalar-se.

Ao findar o ano próximo passado, as aplicações de fundos feitas pelo Banco distribuíam-se como se segue, em grandes verbas:

	Cr\$
Empréstimos de várias modalidades concedidos ao Tesouro Nacional	18.703.539.000,00
Empréstimos a Estados e Municípios	1.588.972.000,00
Empréstimos a outras entidades públicas	1.044.640.000,00
Empréstimos a bancos, inclusive os de conta da Caixa de Mobilização Bancária (Cr\$ 1.890.161.000,00), e títulos descontados a bancos por conta da mesma Caixa, contabilizados em «Títulos Descontados» (Cr\$ 475.802.000,00)	2.365.963.000,00
Empréstimos da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial a agricultores, pecuaristas e industriais	5.656.479.000,00
Empréstimos ao público em geral, pela Carteira de Crédito Geral e de Exportação e Importação	7.334.676.000,00
Outras aplicações (imóveis, etc.)	1.350.859.000,00
Dinheiro em Caixa	1.352.128.000,00
	<hr/> 39.397.456.000,00

O exame desses dados revela que o Banco do Brasil, cumprindo sua missão de banco oficial, tem destinado apreciável parcela de seus recursos às operações com os Poderes Públicos, facilitando, assim, a execução dos

programas de obras de interesse coletivo. A demonstração abaixo, referente às operações realizadas em virtude de sua qualidade de banco oficial, também esclarece este ponto:

	Cr\$
— empréstimos ao Tesouro Nacional, a Estados, a Municípios, a outras entidades públicas e a bancos (na maioria como agente financeiro da Caixa de Mobilização Bancária)	23.703.114.000,00
— depósitos recebidos do Tesouro Nacional, de Estados, de Municípios, de outras entidades públicas, de bancos e outros depósitos compulsórios	21.152.529.000,00
diferença	<hr/> 2.550.585.000,00

Vê-se, assim, que, a despeito do volume a que atingiram, os recursos normais do Banco não foram suficientes para fazer face aos pedidos de crédito que tivemos de atender, partidos tanto das classes produtoras como dos órgãos oficiais. O Banco foi buscar na Carteira de Redescontos a diferença entre seus recursos e as aplicações que fez,

tendo obtido desta suprimento que se elevaram em 31 de dezembro de 1949 a Cr\$ 3.279.734.395,50.

* *

O ano de 1949, como os anteriores do atual Governo, ainda sob a influência dos efeitos

perturbadores da guerra, deve ser encarado como um período de reajustamento e consolidação da economia nacional.

Em nosso País, as consequências do conflito mundial seriam necessariamente prolongadas, dadas as condições de nossa estrutura econômica.

Em face dessa realidade, o balanço das atividades econômicas brasileiras, nesse período, merece ser classificado como favorável.

O regime de ordem e respeito às leis assegurado em nosso País ofereceu clima propício ao desenvolvimento das iniciativas privadas, que se exerceram com pleno rendimento e resultados geralmente compensadores.

Todos os negócios se mantiveram ativos e a produção nacional, fabril e rural, encontrou colocação remuneradora, muito tendo contribuído para isso o fortalecimento do mercado interno, decorrente do maior poder aquisitivo atual das classes trabalhadoras.

Ao invés do que acontece a outros países, que lutam com o difícil problema do desemprego, há entre nós certa deficiência de mão de obra especialmente nos meios rurais. O Governo muito se tem preocupado com o problema da imigração, com o objetivo de corrigir a situação. Força é reconhecer, porém, que nos resta bastante que fazer nesse setor.

Os transportes entre as várias regiões do País acusaram progressos, principalmente os rodoviários, pois o Governo Federal tem incrementado consideravelmente a construção de estradas de rodagem, no que o Banco do Brasil vem colaborando de modo decisivo.

Não desapareceram de todo certos xendres, devidos ao notório desaparecimento de muitas das nossas ferrovias, mas é justo reconhecer que não houve óbices sérios à circulação da riqueza.

Merece destaque especial o incremento que vem tendo o transporte de mercadorias por via aérea, entre zonas distantes, convertendo-se a aviação, de veículo exclusivo de passageiros, correspondência e pequenas encomendas, em conduto de cargas pesadas.

E' de suma importância para o Brasil esse desenvolvimento do transporte aéreo, pois representa a possibilidade de escoamento da produção de certas regiões do território nacional, de grande potencial econômico, as quais, sem tal recurso, continuariam ainda por longo tempo completamente isoladas, em detrimento do progresso local e da riqueza geral.

Dois fatos relevantes influenciaram fortemente o nosso comércio com o exterior, afetando, naturalmente, inúmeros setores da economia nacional: a existência dos atrasados comerciais em dólares e a desvalorização da libra esterlina, seguida pela das moedas a ela ligadas.

Decidido a resolver o problema dos «atrasados» com os nossos próprios recursos, o Governo adotou a política de restrição dos gastos no exterior, limitando os indispensáveis às compras e despesas em moedas arbitráveis, especialmente em dólares. Assim, tomaram-se medidas para a intensificação do controle de nossa importação, as quais, todavia, têm caráter de emergência, devendo desaparecer com o aumento da produção.

Os «atrasados» estão em via de regularização, para o que influiu poderosamente, é inegável, o contingente imprevisto de divisas que nos trouxe a alta dos preços do café.

Justo é ressaltar o papel desempenhado pelo Banco do Brasil nessa luta pelo equilíbrio da balança de pagamentos. Encarregado pelo Governo do controle, em todo o território nacional, tanto da distribuição das disponibilidades cambiais existentes, quanto das importações e exportações, realizou e realiza o Banco um trabalho penoso, inçado das maiores dificuldades, ao qual tem conseguido dar desempenho quanto possível satisfatório.

As desvalorizações monetárias e dificuldades cambiais verificadas em alguns países perturbaram o ritmo da exportação de produtos nacionais, como madeiras, mate, cacau, frutas de mesa e outros.

Essas situações parciais têm merecido toda a atenção do Governo Federal. Acordos comerciais foram feitos ou reformados ou se acham em estudo a fim de normalizar o nosso intercâmbio com os referidos países e aplainar as dificuldades surgidas no comércio internacional.

Outrossim, foram permitidos, a título excepcional, negócios de exportação vinculados com outros de importação (processo dito «de compensações»), por meio dos quais foi ou está sendo dada saída aos estoques retidos de cacau, fumo, sisal, madeiras (nos Estados do Sul), cêra de carnaúba, castanha do Pará e outras mercadorias.

A desvalorização de tantas moedas estrangeiras provocou debates em nosso País sobre a conveniência da depreciação do

cruzeiro ou da adoção de moedas cambiais múltiplas.

O Governo, todavia, decidiu manter o valor do nosso sistema monetário.

* *

O crédito bancário tornou-se bem acessível. Vencida gravemente a crise iniciada em 1946, os bancos privados, demonstrando sua confiança na situação dos negócios, expandiram apreciavelmente os empréstimos, medida tanto mais oportuna quanto a elevação dos preços dos principais produtos agrícolas ocasionou procura acentuada de crédito.

Os empréstimos realizados por todos os bancos ascendem em 31 de dezembro de 1949, segundo as estatísticas oficiais, a 62.419 milhões de cruzeiros, não computados os empréstimos feitos pelo Banco do Brasil ao Tesouro Nacional para financiamento das operações cambiais e para a integralização da quota do Brasil, em moeda nacional, junto ao Fundo Monetário Internacional. Em 31 de dezembro de 1948, o total era de 51.309 milhões, donde o acréscimo, em 1949, de 11.110 milhões de cruzeiros, correspondente a 22%.

Uma vez que os empréstimos do Banco do Brasil, observados o mesmo critério de exclusão acima, acusaram uma elevação de 1948 para 1949, de 4.000 milhões de cruzeiros, conclui-se que os bancos privados também aumentaram os seus financiamentos de 6.130 milhões.

Em 1946, era das mais delicadas a situação de vários bancos nacionais; alguns com seus ativos fortemente imobilizados em aplicações de liquidação demorada, viram-se ameaçados de instabilidade financeira, em virtude da crise então reinante.

Enfrentou o Governo, com decisão, o complexo problema, cabendo à Caixa de Mobilização Bancária e à Carteira de Redescontos a difícil tarefa de promover a normalização da situação.

A Caixa de Mobilização Bancária, sobretudo, foi atribuída grave incumbência na ocasião, uma vez que, enquanto a Carteira de Redescontos atendia os bancos em suas necessidades comuns, negociando títulos a curto prazo, aquela foi chamada a intervir quando, em face de anormais retiradas de depósitos e conseqüente desnível substancial de encaixe, se expunham os estabelecimentos de crédito ao perigo da desconfiança pública.

Obtendo dos bancos, como garantia, imóveis, títulos comerciais e públicos e, quando ne-

Relatório apresentado pelo Dr. Ovidio de Abreu, presidente do Banco do Brasil, à Assembléia Geral dos Acionistas, em 27 de Abril do corrente ano

...ário, o aval dos respectivos fornecedores, forneceu-lhes a Caixa os recursos de que careciam para restabelecer seus níveis normais de encaixe.

No desempenho dessa importante missão a Caixa de Mobilização Bancária aumentou seus empréstimos (aplicações líquidas anuais), como se vê abaixo:

	Cr\$
Saldo em 31-12-1945	164.000.000,00
Importância líquida aplicada em 1946	448.000.000,00
Remontem em 1947	876.000.000,00
Idem em 1948	690.000.000,00
Idem em 1949	137.000.000,00

Os algoritmos acima revelam que a crise, cuja maior intensidade se registrou no triênio 1945-1948, acusou decisivo declínio no ano próximo passado.

Essa foi um dos motivos por que o crédito bancário pôde desenvolver-se de modo favorável, como se vê.

Neste sentido foram dignos de menção os esforços do Governo, sendo as perspectivas para o corrente ano mais animadoras: espera-se expansão da produção primária, especialmente de gêneros alimentícios, e os preços deverão acusar algum declínio, em benefício dos consumidores.

A Tesouro Nacional encerrou o exercício financeiro de 1949 com um déficit de 2.870 milhões de cruzeiros.

O volume de papel moeda em circulação acusou aumento de 2.400 milhões de cruzeiros, passando de 21.696 milhões em 31 de dezembro de 1948, para 24.096 milhões em 31 de dezembro de 1949.

Os empréstimos já foram destinados à Caixa de Amortização pela Carteira de Redescoberta do corrente ano e até a data deste relatório, 400 milhões de cruzeiros, a título de resgate, foram emitidos.

É natural que tais e outras circunstâncias tenham influído nas variações dos índices do custo da vida. Considerando os dados de 1946 como equivalentes a 100, tivemos, em fins de 1948, o índice 126, e, no término do ano de 1949, o de 136.

Terão contribuído para isso, naturalmente, a expansão dos preços de pagamento e o maior poder aquisitivo colocado à disposição das classes trabalhadoras.

Enquanto se opera o entrelaçamento de tantos fatores de variação, em busca dos níveis naturais dos preços, a capacidade aquisitiva vai mudando irresistivelmente de plano, na medida de se conseguir o equilíbrio econômico tão almejado por todas as classes sociais.

O principal elemento, todavia, para a consecução desse desideratum deve ser procurado no aumento da produção, de modo que o custo mais baixo e a maior oferta atuem provocando a redução dos preços das utilidades essenciais.

a safra do corrente ano, em virtude do estímulo das altas cotações atuais e da garantia de preços mínimos oferecida pela Lei n.º 615, de 2 de fevereiro de 1949, para arroz, feijão, milho, amendoim, girassol, soja e trigo.

Premido pela falta de braços e alertado já para as vantagens do trabalho mecânico da terra, o nosso lavrador vem recorrendo cada vez mais ao auxílio das máquinas agrícolas. As importações de instrumentos agrícolas acusam grande incremento, passando de 8.965 toneladas em 1948 para 18.182 em 1949. Entraram no País 2001 tratores no último ano.

Também a importação dos fertilizantes e adubos aumentou em 1949, quando entraram no País 126.731 toneladas contra 99.177 em 1948, o que compro-

va o apelo que o lavrador patricio vem dando à racionalização de sua atividade.

Também neste setor o Banco do Brasil, por sua Carteira de Crédito Agrícola e Industrial, tem prestado todo o auxílio que lhe é solicitado. Os créditos abertos para aquisição de tratores e outras máquinas agrícolas, os quais não passaram, em 1947 e 1948, de 829 mil e 6 milhões de cruzeiros, respectivamente, ascenderam, em 1949, a 52 milhões de cruzeiros.

* *

Com exclusão do café, as principais lavouras tiveram sua produção aumentada em proporção bastante animadora, como se vê no quadro infra:

AUMENTO DA PRODUÇÃO EM 1949 (*)

Produtos	% sobre 1948
Cacau	33
Algodão	26
Batata	24
Trigo	16,5
Arroz	3,7
Banana	9
Feijão	6
Mandioca	6
Milho	1
Amendoim	1

(*) Dados sujeitos a pequenas retificações.

E' promissor o avanço verificado na produção do trigo (116,5%), o qual evidencia o acerto da política de fomento adotada pelo Governo.

O nosso Banco, através da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial, tem-se feito presente nessa patriótica campanha, elevando seus financiamentos de 54 no total de 1 milhão de cruzeiros, em 1947, para 828, somando 27 milhões, em 1949.

Outrossim, convencido de que o êxito da produção nacional de trigo depende de que haja sempre fácil e oportuno escoamento das colheitas, abriu o Banco do Brasil, pela Carteira de Crédito Geral, créditos na importação de 340 milhões de cruzeiros às organizações moageiras do Distrito Federal e dos Estados do Nordeste, de São Paulo e do Sul, para serem aplicados exclusivamente na aquisição de trigo de produção nacional da safra 1949-50.

Acontecimento de marcante significação para a economia nacional, conforme assinalamos anteriormente, foi a alta do preço do café, verificada nos derradeiros meses de 1949, e devida à conjugação de três fatores:

o pequeno volume da colheita futura no Brasil, a liquidação dos estoques do Departamento Nacional do Café, conseqüente da extinção dessa autarquia, e o aparecimento, no mercado, como compradores, de países há longo tempo afastados em virtude dos efeitos da guerra mundial.

Raros produtores se beneficiaram da alta; a maioria já havia vendido suas colheitas, quando o mercado melhorou. Resta, entretanto, no seio da laboriosa classe dos cafeicultores, justificado entusiasmo ante a perspectiva de auferirem na próxima safra o merecido benefício de preços altamente remuneradores.

Outra conseqüência favorável da alta foi, como já dissemos, o volume considerável e inesperado de divisas que carreu para o ativo de nossa balança de pagamentos internacionais, contribuindo decisivamente para apressar a regularização dos «atrasados» comerciais em dólares.

Infelizmente, a seca ocorrida no segundo semestre de 1949 prejudicou muito a colheita do corrente ano. O Governo tomou,

pela Lei n.º 1.003, de 24 de dezembro de 1949, medidas excepcionais para assegurar assistência financeira adequada às lavouras afetadas pela estiagem, devendo as respectivas operações ser realizadas por este Banco, por conta da União.

O Banco do Brasil, por sua vez, visando ao mesmo objetivo, adotou, em 26 de novembro de 1949, por sua Carteira de Crédito Agrícola e Industrial, medidas de emergência, ordenando às suas Filiais localizadas nas zonas cafeeiras a realização de financiamentos em bases especiais destinados a ser convertidos nos empréstimos previstos no referido diploma legal.

Por outro lado, o combate à «broca» do café, conduzido com eficiência pelo Governo, teve o desejado êxito, não restando dúvida sobre que a infestação dos cafeais por essa perigosa praga pode ser impedida.

O rendimento por hectare de nossa agricultura continua baixo, o que não só prejudica os lavradores, por lhes reduzir o lucro, como dificulta o aumento da produção nacional, fazendo com que os frutos colhidos não sejam proporcionais ao esforço despendido.

Várias causas podem concorrer para isso, mas uma das principais é a ausência quase completa do emprego da irrigação.

Com exceção de algumas regiões em que a irrigação, facilitada pelas condições naturais ou imposta pela permanente aridez do clima, tem sido bastante utilizada, na maior parte do território nacional, inclusive Estados como São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Bahia e Paraná, as plantações ficam à mercê dos azares do tempo.

Se as chuvas não vêm no período da germinação, ainda há o recurso, dispendioso embora, do replantio; se faltam, porém, na época da frutificação, não há defesa e o prejuízo pode ser completo.

Com os altos preços das terras, das sementes, do material e da mão de obra, é de impressionar o atreço com que os agricultores trabalham e invertem capitais nas lavouras anuais, sob o risco, tantas vezes convertido em realidade, da falta de chuvas oportunas.

Ao Governo cabe, principalmente, a solução desse magno assunto, por meio de grandes sistemas de represas e distribuição das águas por terras cultiváveis adjacentes.

Há, entretanto, que considerar as possibilidades reservadas à iniciativa privada nesse terreno, em resguardo dos interesses individuais e dos da coletividade, que necessita urgentemente de maiores colheitas.

Como é sabido, terras cultiváveis há que não reúnem as

Relatório apresentado pelo Dr. Ovídio de Abreu, presidente do Banco do Brasil, à Assembléia Geral dos Acionistas, em 27 de Abril do corrente ano

condições indispensáveis à viabilidade da irrigação: noutras, os serviços seriam caros demais. É certo, entretanto, que em muitas áreas presentemente cultivadas ao sabor dos caprichos climáticos, a irrigação poderia ser feita com maior ou menor êxito, mas com benefícios indiscutíveis, traduzidos principalmente na garantia de que não se perderiam colheitas por falta de chuvas.

Preterível seria o plantio de áreas menores, com os recursos da irrigação, da defesa contra a erosão, do uso de adubos e de outros processos racionais, à cultura extensiva, cujos resultados são falíveis.

O baixo rendimento por hectare que tem ferido a observação dos entendidos, oriundo principalmente da falta de irrigação, representa o verdadeiro drama do nosso lavrador, que vê a oportunidade dos altos preços esvaír-se ante o malogro da colheita.

Mesmo numa lavoura permanente e de reconhecida resistência como a cafeeira, são frequentes os danos causados pela falta de chuvas, tanto para a vida da planta, como para a formação das colheitas. Ainda agora, quando produzir mais café seria tão vantajoso para o Brasil, assistimos a uma redução da colheita futura, porque faltaram as

chuvas na época da florescência dos cafezais.

O problema da irrigação de lavouras permanentes, semi-permanentes ou anuais merece a máxima atenção, não só dos Poderes Públicos mas também dos produtores.

O Banco do Brasil já tem prestado seu auxílio financeiro, através da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial, para a construção de aparelhagens de irrigação, a prazo suficientemente largo, de modo a possibilitar aos interessados o reembolso do empréstimo com os recursos de várias colheitas.

* *

A produção de carne bovina no País, em 1949, não deve ter sido inferior à do ano anterior, que atingiu a 910.000 toneladas.

O abastecimento à população dos grandes centros, que fora tão irregular nos exercícios precedentes, melhorou sensivelmente no último ano, se bem que ainda não tenha voltado à antiga normalidade.

Fator geralmente reconhecido como perturbador do crescimento normal dos rebanhos bovinos, capaz até de constituir ameaça para o abastecimento futuro de carne à população, é a matança desordenada de vacas e animais novos, que se vem processando

nas charqueadas do interior, a despeito da fiscalização oficial.

Atribui-se essa errônea orientação às dificuldades financeiras com que lutam os criadores, que se desfazem de fêmeas aptas para a reprodução e de crias em fase de desenvolvimento, premidos pela necessidade de realizar numerário.

Atento às legítimas necessidades da produção nacional, e a fim de melhor amparar os criadores, deliberou o Banco do Brasil, em 23 de novembro de 1949, propor ao Governo modificações no regulamento da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial, tendentes a permitir nova modalidade de assistência financeira aos criadores. Aprovadas que foram as alterações regulamentares, serão iniciadas brevemente as novas operações, que consistirão em adiantamentos sobre a produção anual dos rebanhos e terão por fim colocar à disposição dos criadores, cada ano, os meios financeiros de que carecem, permitindo-lhes assim auferir o maior rendimento possível de suas atividades, graças à capacidade de só vender a produção após recuada ou até mesmo depois de gorda.

Não temos dúvida em afirmar que esse novo tipo de financiamento será decisivo para a prosperidade dos criadores de gado bovino.

É imperioso que os criadores nacionais se capacitem de que

o êxito de sua atividade, assim como a plena satisfação do interesse geral da coletividade, dependem da elevação do rendimento dos rebanhos.

Nas regiões em que se concentram os nossos maiores rebanhos bovinos para corte, a criação é feita extensivamente, nas condições mais primitivas, sem os requisitos elementares da zootecnia. Por isso mesmo, as crias obtidas não passam de 30% a 40% do número de matrizes. Para se formar ideia da grave perda que sofre anualmente a economia nacional, basta lembrar que em outras zonas, onde predominam as fazendas melhor aparelhadas, o índice de produção — que ainda não se pode considerar ótimo — é de 50% a 60%.

Também para esse fim a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial tem feito grande número de empréstimos, propiciando a criadores o aperfeiçoamento de suas propriedades com o objetivo de incrementar o rendimento dos rebanhos.

—oOo—

A seguir o Presidente do Banco do Brasil, Dr. Ovídio de Abreu, prestou informações sobre as diversas operações realizadas pelas Carteiras e sobre outros assuntos de interesse geral e finalizou seu relatório com as seguintes palavras:

Prestadas as contas do exer-

cício e informações sobre as principais atividades do Banco, entregamos ao julgamento desta magna Assembléia os resultados obtidos em 1949, pondo-nos à disposição dos Srs. Acionistas para quaisquer outros esclarecimentos.

Este relatório buscou refletir, na complexidade de seu duplo aspecto econômico e financeiro, e na sua ação eminentemente criadora e estimuladora, os trabalhos desenvolvidos pelo Banco do Brasil durante o ano de 1949.

Por certo, não terá conseguido retrair, em toda a sua amplitude, o que foi a contribuição prestada pelo Instituto naquele período, ao progresso e ao incremento das forças que edificam a riqueza do País.

A influência exercida pelo Banco do Brasil, como agente de propulsão da economia nacional, traduz-se em múltiplas realizações, das quais não são menos importantes aquelas que, em número avultado, resultam indiretamente de medidas de caráter geral, tomadas nesta Casa.

Ao terminarmos, apressamo-nos a assinalar, pois, o auspicioso fato de que cresce, dia a dia, a participação deste Banco em todas as atividades que se relacionam com a vida econômica e social da Nação, nos seus aspectos mais relevantes.

Ovídio Xavier de Abreu

UM CENSOR CENSURAVEL

(Conclusão da pág. 74)

nascer o português. E' tarefa da maior facilidade encontrar tudo isso nos melhores escritores. Sem dúvida, convém evitar, na medida do possível, essas inconveniências. Mas uma imaginação obtusa ou copolópica achará sempre expressões tão censuráveis, como a privada, contra a qual o sr. Rui, tanta vez, se irritou.

Futilidade! O trabalho do grande escritor devia ter sido uma elevação de pensamento, mais compatível com o seu mérito, com o seu grande saber. Em vez das futilidades pedantes, que tiram o deleite de um gramático, futilidades que

amplificam de página em página, valerão mais suas empresas o seu inestimável valor como homem de pena e de palavra para conseguir a extinção de algumas grandes iniquidades do Código. Bastaria, para lhe compensar o desquite de não ter sido o primeiro redator, ter sido o último — mas poder pôr, como lá, diante do artigo infame, que lança ao opróbrio os filhos espúrios, a simples palavra, que sua pena escreveu: "SUPRESSO".

Esses, sim, são os grandes correções que o código merece! A reivindicação dos direitos do mulher e do filho espúrio. O mais pode ser um sucesso de hilaridade; não será de justiça, não honrará ninguém.

(Correio da Manhã, 5 de Agosto de 1902)

Dois estudos sobre a Réplica

Publicamos neste número dois famosos estudos que, por ocasião de ser editada a RÉPLICA de Rui Barbosa apareceram na imprensa brasileira. Trata-se de um ensaio de José Veríssimo — UMA LIÇÃO DE PORTUGUÊS — e outro de Medeiros e Albuquerque — UM CENSOR CENSURAVEL. São, ambos, trabalhos admiráveis, dignos dos seus autores e do modelo que os inspirava; sendo que o de Medeiros e Albuquerque está salpicado daquela malícia, que o escritor comia com a tudo o que produzia.

Estes dois estudos são, hoje, verdadeiras raridades, bastando dizer, para evidenciá-lo, que o trabalho de José Veríssimo foi cortado a gilete na coleção do CORREIO DA MANHÃ, existente na Biblioteca Nacional. São, pois, dois belos presentes — oportunos agora que está saindo da Casa de Rui Barbosa uma nova edição da RÉPLICA — que prazerosamente oferecemos aos leitores.

«A FACE PERDIDA», de Cassiano Ricardo

Cassiano Ricardo editou este ano mais um livro de poesia — A Face Perdida. Trata-se de uma coleção de poemas de pura e transcendente beleza, que vem realçar o que já sabemos: que Cassiano Ricardo é uma das vozes mais altas da nossa poesia de hoje. Já o sabemos, desde os inícios parnasianos do poeta, desde a *Fruta de Pão*, por exemplo.

Mas o excelência da poesia de Cassiano Ricardo confirmou-se cada vez mais fortemente, e em grandes momentos que se chamam *Marin Ceiré*, o *Saque das Horas*, Um dia depois do outro. Pertencem à coleção da Face Perdida os dois poemas que, neste número de Autores e Livros transcrevemos.

Cooperativa dos Usineiros de Pernambuco Limitada

ÚNICA RECEBEDORA E DISTRIBUIDORA DO AÇÚCAR DE PRODUÇÃO DAS USINAS DO ESTADO PELOS CENTROS DE CONSUMO DO PAÍS E DO EXTERIOR

ARMAZENS PRÓPRIOS PARA RECOLHER: AS RUAS DO BRUM N.º 248 E GUARARAPES N.º 113

Capital subscrito Cr\$ 4.966.100,00
" integralizado Cr\$ 4.877.200,00
Fundo de Reserva Cr\$ 986.466,70

RECIFE — PERNAMBUCO — BRASIL

Escritório no Rio de Janeiro: — Rua da Candelária n.º 9 — s.º 301

Em São Paulo: — Rua Álvares Penteado n.º 180 — s.º 509

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO: — José Pessoa de Queiroz, Presidente; Armando de Queiroz Monteiro, Secretário; Luís Inácio Pessoa de Melo, Tesoureiro; Manoel Caetano de Brito, Diretor; Manoel Maroja, Diretor.

CONSELHO FISCAL: — Membros efetivos: Júlio Queiroz, Leôncio Araújo e Romero Cabral da Costa; Suplentes: José Lopes de Siqueira Santos, Afonso Freire e Enock Maranhão.

AUTORES E LIVROS

Propriedade de MUCIO CARNEIRO LEAO

Assinatura anual com registro Cr\$ 45,00
FASCÍCULOS AVULSOS:
Volumes IX e X Cr\$ 5,00
Volumes da 1.ª fase (I a VIII) Cr\$ 50,00
Volume XI Cr\$ 4,00
Brochuras dos volumes IX e X Cr\$ 100,00

Endereço:

Rua Fernando Mendes, 7 — 12.º and. — 37-9527
RIO DE JANEIRO — BRASIL

POEMAS DA "FACE PERDIDA"

CASSIANO RICARDO

AS MAOS E OS NAIPES

Uma é sentimental —
pende mais pro oeste;
é aquela em que figura
o anel que tu me deste.

Uma é igual à outra,
mas diferentes no ato.
Meu coração balance
entre o ambíguo e o exato.

Uma que se expande,
outra que se contém.
Uma que é minha, a outra
que é não sei de quem.

Uma acompanha a outra
num só teclado humano.
Mas nesta outra é mais forte
o M grande da morte.

A direita é que mata,
a esquerda só me entala.
Minha mão sinistra
não é a esquerda. É a direita.

Eu era pra ser árvore
e minhas mãos duas flores
mas no estranho baralho
as naipes foram doras.

A GRAÇA DE SER POBRE

Ja morri tanta, ser contido
de meu futuro morto,
que a morte me desampara
já me subtraí do ser.

Deixei os pés no confúlio
e os meus olhos na paisagem.
Meu canto, de-o aos retratos
tristes no jardim público.

Faltava de não saber tanto
deste — através de quem sou —
desabar de ser, de fazer um nome
entre salicórnio e anacoreta.

Comilhões entre duas espelhas,
um observo, outro convexo;
um adora a minha cabeça,
outro em que vai meu reflexo.

Ale que de mim só resta
como coisa que sobra,
uma palavra na pedra
onde não sou mais estor.

Toda vez que toco
em todo me complico
sem necessidade
como se fosse rico.

Preferia ficar quieto
para te dizer tudo.
Se falar é riqueza
sou um pássaro morto.

Pois quero que me sobre
neste mundo tão pouco,
numa vida tão breve
a graça de ser pobre.

O diapas sempre-vital
Acre flor dourada,
de a morte viva
feita de ouro e nada.

2.ª BALADA ULTRA-VIOLETA

De onde teria vindo
a nuil violeta
que apareceu no água
quando flutuava tua?

É a borboleta branca
de uma corola anônima
que entrou em teu quarto
pela mão de ninguém?

É certo parilampo
que, alta madrugada,
brilhou em tua cabeça
pensando inda ser noite?

É o beijo-lar-lil
que é um azul enigma
pintado na parede,
e que ainda há pouco,

vendo a rosa não
de teu corpo no espelho
(no rosa do tempo
há uma rosa que é tua).

Leitor buscou a miel
com celeste furo;
por pensar que uma vida,
sendo rosa, é flor?

TUDO O MAIS SÃO PENAS

Só existe o espaço.
Tudo o mais ocorre.
Ocorre, apenas.
Tudo o mais são penas.

Só existe a estrada
adiante de quem corre.
Porque andamos, apenas.
Tudo o mais são penas.

Só existe a asa
do tempo, no nosso ombro.
A asa com que se corre.
Tudo o mais são penas.

O HOMEM NOTURNO

A hora em que nada era andar por este mundo
de sua em sua, sem nenhum destino, é esta:
A da noite lá profundamente vivida e de cujo
vital não tardará escapar a minha única
Graça quando em torno à lua.

O espelho e o baralho só se tornaram májeia,
já se exigiu a cometa, a vida. Os homens
[todas]
estão sentados num horizonte provisório.
Cominharam no espaço, a pé, durante o dia,
após arrastaram no tempo, entre os
[dois] lúcio-lúcio.

Não sou empregado numa casa de jogo nem
[guardo-noturno]
mas só vivo de noite.
E em vez da chibara da café bebo orvalho.
Graças girando em torno à lua.

Um luar grande e suave diria o silêncio em
[dois] hemisférios.
O vivo de um não insulta a ordem
em que cada colocado, no céu, as estrelas.
Um galo canta para anunciar a madrugada,
a madrugada que nos traz o sangue da terra
imortal.
Última coisa que me resta!

A obrigação de trabalhar para o dia seguinte.
Esta coisa lógica que é um homem caminhando
[de] no noite
na mistéria egípcio da noite,
arrastado pela sua esperança.

Carta perdida de um diapas baralho,
durante com a estrela d'alva na calçada.

A MULHER E A CONCHA

Como quem se desliza das suas esmeraldas
a ex-sereia fugiu do mar.
Apenas — a talvez para identificação do seu
[exu] —
trouxe uma concha, concha quase rosa,
que lutara ao sagrado líquido. Só uma concha.

Netuno estava dormindo entre cefalópodes e
[anêmonas].
Os peixes lhe brincavam, ágeis de várias cores
na barba cheia de ramificações sub-lunares.
E ela que a ex-sereia, despida das escamas,
e já trazendo a cracha, saltou da cratera,
verde, da vaga, sobre o salafio da avenida,
com a manha nos cabelos, e ainda não.

Com que direito os homens se puseram, todos,
a perseguir-la.
Se a concha era sua, era exclusivamente sua?
Se ela lutara a concha como os outros mu-
[lheres]
furtam outros objetos — uma joia, um pássaro,
[uma] metelhadora?
Se havia tanta concha sobre a praia ou no
[fundo] do mar

e tão naturalmente?
Ah, eu queria reduzir o fato à sua significação
[mais] inocente.
Como se não soubesse que a ex-sereia
trazia, no corpo, a sentença do amor,
e o universal rumor dentro da concha.

A velha lua desliza a'nda de onde a essa hora,
como uma fatalidade em silêncio. Lenta.
Mulher que naufragava, branca, e que os peixes
assus da noite submergia — adôcas —
começavam a reir pelo lado esquerdo
do rosto.

VERÔNICA

Logo após o ocaso,
uma mulher do pólo
me viu cheio de rosas,
as feridas. E de amor,
o rum da luta, lágrimas
que, ao invés de cair
dos olhos, caíram-me do corpo.
As lágrimas, porque
apenas lágrimas líricas.
Próprias da matéria,
no que ela tem de trágico
e de espanto.

Uma mulher do pólo,
me vendo assim, quis enfiar-me
e roto, mas tão mais do que isso.
Colheu-me as rosas, mas não mais
que isso.
Colheu-me o próprio rosto.
Ficou que de circunstâncias
me exigiram,
para seu governo
e dissimulação,
já que fomos feitos
a imagem e semelhança de Deus.
E conhecemos o risco
de ser tirados, uns dos outros,
semão pelo origem, no menos
pelo rosto.

Um rosto que, aliado,
nem é meu, mas o que recebi
como sendo um presente
de quando fui futuro.
Não de hoje, quando sou
abrigado a dizer: presente,
a hora
da identificação.

O ESCAFANDRO

No fundo do oceano
estava a lágrima
que devia ser
chorada por mim. A espera
dos meus olhos, que ainda
não eram meus na origem
dos céus.

Os peixes não choram.
E ela podia estar
ali, não chorada. A espera
de quem viesse a usá-la.
um dia, ou dos olhos
(que, hoje, não os meus)
que o chorassem, devidamente.
Como se chora,
uma só vez, na vida.
A lágrima ali ficou,
inerte, no azul
labirinto, onde ninguém
chora, porque ali a pranto
é falso. Onde os polvos,
os tristes cefalópodes,
não choram. Onde
os sereias, nuas,
pra não chorar, não choram.
Onde os próprios marujos
não choram. Onde os peixes
não choram, e ninguém
iria, então, chorá-la.
tão supérflua é uma gota
de mágoa no fundo d'água.

Os peixes não choram.
E a lágrima passou
entre alvas caramujos
entre navios marcos,
entre destritas sujos,
entre esponjas por cujos
orifícios entrou
a água, muitas vezes,
quieta, obscura, sozinha,
para, afinal, ser minha.

Lá fora,
a multidão, a onda
caga, o covelo líquido
a glúteo
em que, sem nenhum
esforço, Deus navega,
originalmente.
Ali dentro, a lágrima.
Quieta, obscura, sozinha
na unicidade
espera da água azul-
marinha.

2.ª BALADA DO FUZILEIRO NAVAL

Marinhola, não assista à operação imortal
em que, por lucidos feroz, com um gládio de
[tua] mão,
Netuno cortou vivo uma porção em dois pedais.
E restou a terra a parte que devia ser tua
o resto de mulher, sozinha.
E arrastada de mar a outra parte, a da concha
[da] peixe, protuberante.
O fuzil da mulher não é o mar.
E o peixe fica só peixe, o mulher só mulher.

(Não obstante o pequenino lecho de coral
corado, as duas libas verdes, o os que
andam exilados que, no corpo da ex-sereia,
até hoje, são reminiscências da mar)

Parent, eu sinto em mim ilicamente
toda a vez que parto,
a eterna imagem da secura perdida.
Foque o seu grilo milenar e a vez antiga
[da] mar.

Quem a do mar, sem mulher

Ainda agora a calar, a água libal de água
[triste]

Letras e palavras para vários destinos
Um quindante, imensa lã de terra. A vida
o nome do navio escrito na onda. A vida
[da] mar.

E a longa despedida, a mais longa se chama
de despedida.

Até à hora em que, lá longe, um marujo
[horizonte]

resumem as duas pasturas essenciais de um
num só objeto, sob a luz naval.
E os olhos de mulher que ficou imóvel, sobre
[a] pedra da praia

não só água e sal.

Ah, o mar colitatório
épico do meu amor a sua universalidade
[garganta]
Demaisido épico — para o meu coração ap-
[mas] lírico —
firme, e sempre, o eternamente, o mar —
tão vez que parto,
nagando, sobre a praia, o véu de tódor
as minhas náves!

NOTURNIDADE

E porque é esta a nossa hora especial,
tal como certas borboletas d'álcool, ou dubas
que só aparecem à hora do luar-lúcio,
assim somos nós, a esta hora.

Não adianta querermos ser claros
A lógica não convence, a explicação não conta.
O que é claro não é preciso ser dito.
Chega de explicações, ou de diálogos obscuros
[lúcio]
com o espelho. O que sentimos é a necessidade
da noite. Da noite,
não em nossos olhos, mas em nosso ser
em nossos mãos, em nossas pernas.

Só a noite apaga, a esta hora, a divisão de
[terra]
as escrituras, nas cartáreas, os mapas
Só a noite, que a primeira mulher pediu,
como condição para o amor, ou para o beijo.
A noite, muito mais universal que o dia.

Amanhã contará os galos, a viva estrela doze
nos contará que ainda estamos vivos, que a
[manhã]
ainda existe.
Mas hoje, a esta hora, a que sentimos é a
[necessidade]
da noite. Da noite,
não em nossos olhos, mas em nossos atos,
em nosso corpo feito de barro vil, cansado
e não. Não em nossos olhos, mas em tudo
o que dissemos,
depois de tudo tão dolorosamente explicado.

Hoje, o nosso suicídio
já não tem a beleza trágica, a beleza
dos que se cometiam
sem deixar explicação.
Antes, no mundo tão dolorosamente explicado,
explica-se
Tudo se explica
no planeta onde os nossos atos, hoje,
são atos, simplesmente atos;
já não têm a significação, a malícia, a vir-
[garganta]
oculta dos símbolos.